

7.2 — Constitui pré-requisito de natureza vocacional, não eliminatório, a entrevista vocacional.

7.3 — Os pré-requisitos são os constantes na Portaria n.º 230/2010, de 26 de abril, sendo os candidatos notificados da data e local da sua realização.

7.4 — A seriação dos candidatos é realizada pela ordem decrescente das respetivas notas de candidatura, na escala de 0 a 200, calculada através da seguinte fórmula:

$$NC = S \times 0,5 + I \times 0,45 + PS \times 0,05$$

em que:

NC = nota de candidatura;

S = classificação final do ensino secundário — 50 %;

I = classificação da prova de ingresso — 45 %; e

PS = classificação do pré-requisito de seriação (entrevista) — 5 %.

7.5 — A lista de classificação final será afixada no ISCP/PSI.

8 — Serão excluídos do concurso os candidatos que:

- Não satisfaçam alguma das condições de admissão fixadas nos n.ºs 4 e 5 do presente aviso;
- Não apresentem todos os documentos previstos no n.º 6 do presente aviso dentro dos prazos fixados;
- Não se apresentem pontualmente no local da realização das provas;
- Não satisfaçam os pré-requisitos de natureza funcional;
- Tenham sido condenados em qualquer processo-crime ou processo disciplinar por factos a que, nos termos do Regulamento Disciplinar da PSP, corresponda a pena de aposentação compulsiva ou de demissão;
- Sejam objetores de consciência; e
- Não tenham obtido nota igual ou superior a 100 pontos nas provas de ingresso fixadas ou na classificação do ensino secundário.

9 — A entrega das candidaturas deverá proceder-se da seguinte forma:

Relativamente aos candidatos civis, deverá ser feita diretamente no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, sito na Rua 1.º de Maio, n.º 3 — 1349-040 Lisboa, nos períodos de funcionamento legalmente previstos, ou ser enviadas para o mesmo endereço, via postal, com registo e aviso de receção no período indicado no n.º 2 do presente aviso.

Relativamente aos polícias, deverá ser feita no respetivo Órgão/serviço policial onde exerce funções, o qual, procederá à sua remessa ao ISCP/PSI, no prazo máximo de 5 dias, após a sua entrega.

10 — Constituição do júri do concurso:

Presidente — Intendente Luís Filipe Jorge de Almeida Guerra;

1.º Vogal — Subintendente Hugo João da Silva Cruz, que substitui o presidente nas suas faltas e impedimentos;

2.º Vogal — Subintendente Ezequiel Agostinho Maciel Rodrigues;

3.º Vogal — Comissário Bruno Miguel Feña Torres;

4.º Vogal — Subcomissário Rui Manuel Álvaro Marta.

11 — Legislação aplicável ao concurso:

Decreto-Lei n.º 296-A/98, de 25 de setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 90/2008, de 30 de maio, Decreto-Lei n.º 243/2015, de 19 de outubro, Portaria n.º 230/2010, de 26 de abril e Portaria n.º 127/2016, de 26 de abril. O Diretor, Pedro José Lopes Clemente, Superintendente-Chefe

4 de maio de 2016. — A Diretora do Gabinete de Deontologia e Disciplina, *Fernanda Laura Guerreiro Delca Portinha*, Técnica Superior. 209577841

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Despacho n.º 6774/2016

Lista n.º 26/16

Por despacho do Secretário de Estado da Administração Interna de 29 de abril de 2016, foi concedido o Estatuto de Igualdade de Direitos e Deveres previsto no Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, e nos termos do artigo 15 da Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000 de 14 de dezembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 154/2003, de 15 de julho, aos cidadãos brasileiros:

Nome	Data Nascimento
Alzely Leandro de Lima	15-09-1980
Juliana Avelino Sarmento Melo	24-03-1982
Fredson Garcia da Silva	22-06-1983

Nome	Data Nascimento
Débora Carlos Freire	29-06-1987
Wemerson Alves de Souza	07-01-1981
Bruno da Silva Torres	06-12-1995
Jéssica da Silva Torres	12-12-1997
Vitor Alceu Scarton	26-08-1989
Eva Vilma Gomes de Sousa	06-08-1975
Monica Giacometti Mai	14-01-1981

10 de maio de 2016. — O Diretor Nacional Adjunto, *António Carlos Patrício*.

209582506

JUSTIÇA

Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Justiça

Despacho n.º 6775/2016

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo para exercer as funções de apoio técnico-administrativo ao meu gabinete, Vijay Kumar Amaratelal Morar, assistente técnico do mapa de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça.

2 — Os encargos com a remuneração do designado são assegurados pela Secretaria-Geral do Ministério da Justiça e pelo orçamento do meu gabinete, nos termos dos n.ºs 12, 13 e 14 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro.

3 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos desde 1 de abril de 2016.

12 de maio de 2016. — A Secretária de Estado Adjunta e da Justiça, *Helena Maria Mesquita Ribeiro*.

Nota curricular

1 — Dados pessoais:

Nome: Vijay Kumar Amaratelal Morar
Data de nascimento: 29 de maio de 1957
Naturalidade: Beira — Moçambique
Nacionalidade: Portuguesa

2 — Habilitações académicas:

5.º Ano do Curso Geral de Administração e do Comércio

3 — Experiência profissional:

Assistente técnico, pertencente ao mapa de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, a exercer funções de apoio administrativo aos membros dos diversos Governos desde o dia 1 de março de 2008, desempenhando funções administrativas, tais como arquivo de processos, expedição de correio, tratamento informático de trabalhos de impressão, fotocomposição, fotocópias, montagens, elaboração de diferentes modelos de encadernação, cortes na guilhotina e todos os outros trabalhos inerentes ao sector de Reprografia.

4 — Formação complementar:

Dominio em diversos módulos de informática na ótica do utilizador — Microsoft Word, Excel, Outlook, PowerPoint, Publisher e Internet Explorer.

209584394

Despacho n.º 6776/2016

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo para exercer as funções de apoio auxiliar ao meu Gabinete Isabel Maria Santos Oliveira Costa, assistente operacional do mapa de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça.

2 — Os encargos com a remuneração da designada são assegurados pela Secretaria-Geral do Ministério da Justiça e pelo orçamento do meu

Gabinete, nos termos dos n.ºs 12, 13 e 14 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro.

3 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos desde 1 de abril de 2016.

12 de maio de 2016. — A Secretária de Estado Adjunta e da Justiça, *Helena Maria Mesquita Ribeiro*.

Nota curricular

1 — Dados pessoais:

Nome: Isabel Maria Santos Oliveira Costa.
Data de nascimento: 7 de março de 1958.
Naturalidade: Lisboa.

2 — Habilitações académicas:

4.ª classe.

3 — Experiência profissional:

Assistente operacional desde 24 de agosto de 1987, pertencendo ao mapa de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça desde 14 de outubro de 2002 e a exercer funções de apoio auxiliar em gabinete ministerial desde 6 de agosto de 2004;

Continua de 2.ª classe no período de 1998 a 2002, pertencendo ao mapa de pessoal da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, a exercer funções de expedição e distribuição de correio;

Continua de 2.ª classe no período de 1997 a 1998, na situação de requisitada na Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, a exercer funções de expedição e distribuição de correio;

Continua de 2.ª classe no período de 1988 a 1997, destacada para a Direção-Geral das Florestas, a exercer funções de expedição e distribuição de correio;

Continua de 2.ª classe no período de 1983 a 1987, no Instituto dos Produtos Florestais, a exercer funções de expedição e distribuição de correio.

209584361

Despacho n.º 6777/2016

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo para exercer as funções de apoio técnico-administrativo ao meu Gabinete Armando Namorado Figueiredo Malacriz, assistente técnico do mapa de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça.

2 — Os encargos com a remuneração do designado são assegurados pela Secretaria-Geral do Ministério da Justiça e pelo orçamento do meu Gabinete, nos termos dos n.ºs 12, 13 e 14 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro.

3 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos desde 1 de abril de 2016.

12 de maio de 2016. — A Secretária de Estado Adjunta e da Justiça, *Helena Maria Mesquita Ribeiro*.

Nota curricular

1 — Dados pessoais:

Nome: Armando Namorado Figueiredo Malacriz.
Data de nascimento: 15 de abril de 1954.
Naturalidade: Huambo, Angola.
Nacionalidade: Portuguesa.

2 — Habilitações académicas:

3.º ano do Curso Geral de Eletricidade (equivalência ao antigo 5.º ano do liceu).

3 — Experiência profissional:

Assistente técnico, pertencente ao mapa de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, a exercer funções de apoio administrativo aos gabinetes ministeriais desde 21 de outubro de 1975, nomeadamente nas áreas funcionais de tratamento de texto, utilizando as ferramentas da Microsoft, tratamento documental e legislativo, envio de despachos e portarias para publicação no *Diário da República*, utilizando a plataforma eletrónica da Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

4 — Formação complementar:

2014 — Excel Avançado;
2012 — Boas Práticas de Arquivo Corrente;
2006 — Curso de Gestão Documental SmartDocs V-3 — Utilização;
1998 — Curso de SMARTDOCS;
1997 — Curso EXCELL 5.0;
1996 — Word FOR Windows 6.0 — Básico;
1993 — Diferenças OFFICEPOWER V450/V650;
1991 — OFUTL — Utilização dos Módulos OFFICEPOWER;
OFWOP1 — OFFICEPOWER Tratamento de Texto Básico;
GESDOC.

209584418

Instituto dos Registos e do Notariado, I. P.

Aviso (extrato) n.º 6456/2016

Ao abrigo da alínea *d*), do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que cessou funções, no Instituto dos Registos e do Notariado, I. P., a trabalhadora integrada na carreira de assistente operacional, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado:

Nome	Data de cessação de funções	Motivo
Maria Irene Sousa Costa	01-05-2016	Reforma por velhice — n.º 2, do art.º 292.º, da LTFP aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

05-05-2016. — O Presidente do Conselho Diretivo, *José Ascenso Nunes da Maia*.

209581607

Polícia Judiciária

Declaração de retificação n.º 507/2016

Por ter saído com inexatidão a publicação do despacho (extrato) n.º 5464/2016 no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 79, de 22 de abril de 2016, a p. 12867, retifica-se que onde se lê:

«No licenciado João Manuel Batista Romão»

deve ler-se:

«No mestre João Manuel Batista Romão»

e onde se lê:

«No licenciado Luís Manuel Maia Mota Carmo»

deve ler-se:

«No mestre Luís Manuel Maia Mota Carmo»

11 de maio de 2016. — Pela Diretora da Unidade, o Chefe de Área, *João Prata Augusto*.

209584086

CULTURA

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 6778/2016

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 3.º, nos n.ºs 1 e 2 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro,